



ACÓRDÃO Nº491/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11333/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Barcelos
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Arlindo Soares Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2164/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barcelos. Exercício de 2017.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, de responsabilidade do Sr. Arlindo Soares Filho, Presidente e Ordenador de Despesas, no exercício de 2017;
- 10.2. **Considerar em Alcance** ao Sr. Arlindo Soares Filho no valor de **R\$ 41.900,78** e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, mencionado no item I, da Conclusão do Relatório Conclusivo nº 100/2018-DICAMI, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Barcelos;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Arlindo Soares Filho no valor de **R\$1.706,80** e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, mencionado no item II, da Conclusão do Relatório Conclusivo nº 100/2018-DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº491/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Barcelos, órgão gerido no exercício de 2017 pelo Sr. Arlindo Soares Filho, que justifique a desatualização das fichas funcionais e lançamentos dos dados dos Servidores da Câmara Municipal de Barcelos, como: (atestados, cursos, licenças médicas, dentre outros);
- 10.5. Recomendar** à próxima Comissão de Inspeção que irá fiscalizar a Câmara Municipal de Barcelos, que seja rigorosa quando da apreciação das fichas funcionais atualizadas de seus Servidores, caso haja as mesmas restrições;
- 10.6. Dar ciência** ao Sr. Arlindo Soares Filho e demais interessados.
- 10.7. Arquivar** os presentes autos, nos termos regimentais, após realizadas as providências acima.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Maio de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral